



Bourdieu e Institucionalistas: jogo de luzes e sombras

Charles Kirschbaum



Inspirar para Transformar

Copyright Insper. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste documento por qualquer meio de distribuição, digital ou impresso, sem a expressa autorização do Insper ou de seu autor.

A reprodução para fins didáticos é permitida observando-se a citação completa do documento

Bourdieu e Institucionalistas: jogo de luzes e sombras

O Neo-Institucionalismo Sociológico e a teoria de Bourdieu vêm sendo colocadas como antípodas nas análises de vários pesquisadores em Estudos Organizacionais no Brasil. Embora esses estudos vêm iluminando aspectos importantes de diálogo e dissociação entre esses corpos teóricos, algumas posições em processo de consagração merecem revisão. Esse artigo reabre essa discussão em diálogo direto com Misoczky (2003). A análise salienta conceitos que são importantes tanto para Bourdieu quanto para neo-institucionalistas: por exemplo, a dimensão simbólico-cognitiva e o conceito de legitimidade (ainda que tratadas de formas diversas). Aspectos como reprodução social e homogeneidade são revisitados em ambas as teorias: em Bourdieu há um grau de reprodução social maior do que admitido por Misoczky, enquanto a dimensão de mudança nos institucionalistas não ganha a devida atenção. O artigo segue com diversas sugestões de contribuições cruzadas: a noção de poder e interesse de Bourdieu vem sendo articulada por neo-institucionalistas, enquanto as noções de tradução, analogia e multi-vocalidade, operacionalizadas pelos neo-institucionalistas, podem contribuir com o projeto de Bourdieu. Em conclusão, evoca-se as vantagens de resistir ao paroquialismo teórico.

Introdução

O tema do “poder” tem sido o mais controverso no percurso do estabelecimento da Teoria Neo-Institucional Sociológica (NIS) no Brasil e no mundo. Essa contenda deve-se em parte pelo reconhecimento que a dimensão de “poder” tem sido deixada à escanteio ao longo da história dos Estudos Organizacionais. Na literatura internacional, esse debate foi estruturado em torno da crítica da ausência da dimensão do poder na análise institucional (PERROW, 1986; HIRSCH, 1997; MIZRUCHI, FEIN, 1999; MISOCZKY, 2003; CLEGG, COURPASSON, PHILLIPS, 2006; PECI, VIEIRA, CLEGG, 2006), assim como em torno de propostas de reinclusão da dimensão de poder (LAWRENCE, WINN, JENNINGS, 2002; MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO *et al*, 2003). Parte desse debate tem se centrado na possível relação entre o NIS e as propostas de Bourdieu. Enquanto alguns defendem uma inclusão parcial (por exemplo, LAWRENCE, WINN, JENNINGS, 2002), outros defendem uma separação (por exemplo, MISOCZKY, 2003).

Nesse artigo, lanço um enfoque especial sobre o trabalho de Misoczky, pelo posicionamento concedido à teoria de Bourdieu como um dos principais candidatos alternativos ao NIS. Misoczky (2003) traça um paralelo entre o NIS e a teoria de Bourdieu, apontando os possíveis pontos de diálogo, ao mesmo tempo que realça os pontos de contraste, levando à proposição de divórcio entre os dois corpos teóricos em alguns pontos fundamentais. Misoczky, ao propor o diálogo inter-paradigmático, flerta com a subversão em um campo talhado de fronteiras consagradas: coloca em diálogo teorias que seriam incomparáveis, por pertencer a paradigmas diferentes. A estratégia analítica adotada pela autora é a desagregação de ambos corpos teóricos em busca dos seus componentes constitutivos. Em sua análise, encontramos modelos, conceitos, definições, leis, proposições e observações que, ao remeter a materiais empíricos, enriquecem a análise sociológica. Ao resistir à tentação da redução paradigmática, é possível reconhecer a riqueza dos diversos níveis analíticos de uma teoria (ALEXANDER, 1985, 1993).

Embora o artigo pioneiro de Misoczky tenha aberto um caminho profícuo de diálogo inter-paradigmático, defendo nesse artigo que sua análise apresenta lacunas importantes seja na revisão da produção recente do NIS, seja na apreensão da obra de Bourdieu e de seus comentadores. Ao mesmo tempo que auxilia a compreensão de ambas as teorias, iluminando aspectos importantes de ambas tradições, argumento que seu estudo obscurece evidências relevantes. Assim, esse artigo tem como objetivo rever a análise de Misoczky,

problematizando: a conceitualização do NIS, os postulados relativos à teoria de Bourdieu, as distinções entre o NIS e a teoria de Bourdieu e o imperativo de exclusão mútua entre o NIS e a teoria de Bourdieu.

Esse artigo toma como vertente orientadora o vínculo necessário entre a construção teórica e a metodologia empírica, sendo ambas inseparáveis (EMIRBAYER, JOHNSON, 2008). Esse posicionamento é corroborado tanto por sociólogos americanos como Wright Mills (MILLS, 2000) ou sociólogos europeus como Bourdieu. Em seu clássico “Sociological Imagination”, Wright Mills ataca a “grande teoria” de Parsons como uma arquitetura plena de conceitos inter-conectados, mas com pouco aprofundamento empírico. Bourdieu chama a atenção aos excessos “escolásticos” (BOURDIEU, 2003; BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2004).

Podemos pensar o legado de Bourdieu em duas dimensões inter-conectadas: suas propostas teóricas e suas contribuições empíricas. Ao longo de sua longa carreira, Bourdieu produziu uma gama extensa de trabalhos que serviram para conduzir o teste e revisão de seus conceitos (VAUGHAN, 2008). Entre seus detratores, encontramos aqueles ansiosos em fixar conceitos: ao longo de suas obras, os conceitos não são fixos, mas reformulados e reenquadrados (frustrando aqueles que anseiam pela acumulação de conhecimento ao estilo positivista). Bourdieu, em inúmeras ocasiões, reagiu a essa crítica indicando que os seus conceitos são relacionais e que devem estar abertos à revisão, na medida em que já não produzem boas explicações frente ao material empírico (BOURDIEU, WACQUANT, 1992, p. 96).

Essa perspectiva nos indica um “Bourdieu-em-Construção”: seu edifício teórico merece teste, revisão e aperfeiçoamento, da mesma forma como ele mesmo procedeu durante a sua vida. Seus herdeiros devem evitar tomar suas proposições a *prima facie* sem a devida crítica advinda da metodologia empírica. Seguindo o caminho trilhado por Misoczky, esse artigo propõe o exame das teorias em níveis mais “baixos” de análise, onde mostrarei alguns pontos onde o projeto Bourdieusiano necessita aprimoramento e melhor articulação metodológica. Em contraste, argumentarei que as contribuições neo-institucionalistas, ao dialogar com o projeto de Bourdieu, aponta oportunidades de ganhos mútuos que vão além daqueles indicados por Misoczky.

O artigo discorre sobre os principais temas de debate eleitos por Misoczky, desde questões teóricas, aos fenômenos de destaque até às escolhas metodológicas. Na conclusão, sintetizo alguns pontos de diálogo entre as teorias, propondo caminhos de colaboração cruzada.

Escolhas Epistemológicas, Conceitos e Construtos

Fatos Sociais

Misoczky ressalta que para os Institucionalistas “a institucionalização é transformada de um processo em um conjunto de regras, como a orientação para a definição social se torna uma orientação para fatos sociais” (MISOCZKY, 2003, p. 164). Essa crítica, remonta uma das discussões centrais da sociologia clássica entre Durkheim e Weber. Durkheim propunha o posicionamento dos “fatos sociais” como centrais na sua análise sociológica, em contrapartida, os indivíduos se confrontariam com os fatos sociais como fatos dados, com status de “natural”. Para Durkheim, a localização de um fato social estava empiricamente ligada à localização da sanção social associada ao desvio em relação ao fato (DURKHEIM, 2003). Em contraste, Weber propunha colocar a ação individual como central à análise sociológica, permitindo entender as formas e instituições sociais como produtos da ação social (COHN, 2003).

Na medida em que Misoczky salienta o foco nos “fatos sociais” como um ônus da teoria neo-institucional, a autora também arrisca alejar a teoria de Bourdieu do seu alicerce

em Durkheim. Bourdieu é devedor de Durkheim justamente o conceito de “fato social”, pois apresenta na sua teoria a idéia de que as formas sociais se apresentam aos indivíduos como naturalizadas. Em contraste com Durkheim, Bourdieu enfatiza o processo de “naturalização”, que necessariamente implica no uso do poder por parte dos atores dominantes para apagar os traços da naturalização, e assim impedir a consciência histórica de gênese da forma social (exemplos empíricos: VAUGHAN, 1996; PETERSON, 1997).

Campo como uma Trama de Relações

Bourdieu é frequentemente comparado a Giddens em suas formulações sobre as relações entre “estrutura” e “agência” (veja VANDENBERGHE, 1999, 2006; LIZARDO, 2004 para uma análise pormenorizada). Saliento alguns pontos dessa discussão para Bourdieu e sua apropriação por Misoczky. “Estrutura” é definida por Bourdieu de duas formas que terminam por ser intimamente articuladas (BOURDIEU, 1990b, p. 57; LIZARDO, 2004). Por um lado, “estrutura” refere-se aos diferenciais de volumes e tipos de “capitais” entre os atores sociais localizados em posições em um “campo”. Na medida em que é possível entender a ação social intimamente ligada aos seus recursos materiais e simbólicos, entendemos que a “estrutura de oportunidade” condiciona fortemente a ação. De forma mais próxima a Giddens, Bourdieu também propõe que a “estrutura” refira-se às estruturas de regras e normas sociais. Por exemplo, a deferência de um aluno em relação ao mestre na sala de aula é um exemplo de padrão que remete a uma regra que se refere à distância social (BOURDIEU, 1989, p. 14). Na medida em que as regras sociais podem ser explicadas de acordo com os diferenciais de capital, é possível, para Bourdieu, transcender a divisão entre idéia e comportamento. A prática adotada em um contexto específico remete simultaneamente ao diferencial de capital simbólico e à regra social que sustenta. Nessa operação, Bourdieu calca sua análise social em uma prerrogativa objetivista (MISOCZKY, 2003, p. 150): o sociólogo pode arrogar-se a capacidade analítica de estabelecer relações objetivas (com uma “rede de relações” (BOURDIEU, WACQUANT, 1992, p. 97) construída a partir das assimetrias de capital) entre os atores, com o objetivo de vincular a análise da ação às estruturas de capital.

Em paralelo, o texto clássico de DiMaggio e Powell (1983) propõe a articulação do conceito de campo com a análise de redes sociais, incluindo os conceitos de densidade e equivalência estrutural. Enquanto o conceito de densidade remete à idéia de centro e periferia, a análise de equivalência estrutural remete diretamente à noção de papéis sociais, central na teoria de institucionalização de Berger e Luckmann (1966). Em contraste com essa visão “estrutural de redes”, Miner (2005) salienta que há pelo menos duas formas alternativas adicionais de explorar os processos de institucionalização: a vertente de Zucker e a vertente de Scott e seus associados. A vertente de Zucker assume que há uma ‘entropia’ inerente às instituições, e portanto é necessário esforço constante para manter as instituições. Ou seja: a reprodução das instituições não pode ser tomada como dada, mas dependente do esforço contínuo no sistema social. Já na vertente de Scott, Meyer, Rowan e os pesquisadores de Stanford (rotulada de “ideacional”), o foco da análise institucional centra-se nas idéias, mitos de racionalidade que são amplamente difundidos em um campo.

Misoczky salienta que na medida em que um campo se estrutura, as relações se tornariam menos importantes, na medida em que o campo se estrutura (MISOCZKY, 2003, p. 160). Ou seja: a perspectiva de entendimento das estruturas de relações contaria menos do que a perspectiva ideacional, onde o “ambiente” é capturado como algo dado. Entretanto, há uma vasta gama de estudos que se recuzam a operacionalizar o “ambiente” como monolítico ou “objetivo” (e portanto, “pressuposto” pelos atores). A análise de redes sociais segue inspirando pesquisadores nacionais e internacionais na investigação da estruturação do campo (DIMAGGIO, 1986; BURT, 1987; GALASKIEWICZ, WASSERMAN, 1989; POWELL, WHITE, *et al.* 2005; MACHADO-DA-SILVA, COSER, 2006; KIRSCHBAUM,

VASCONCELOS, 2007). Anheier, Gerhards e Romo (1995) são explícitos na articulação dos conceitos de Bourdieu com os construtos de redes sociais. Nesses estudos, tanto campos maduros quanto campos em princípio de seu processo de estruturação são estudados, em paralelo à transformação das formas e práticas sociais. Emirbayer e Johnson (2008) salientam que as redes sociais são usualmente utilizadas na análise das características individuais ou nos padrões de interações, mas poderiam ser adaptadas para o entendimento das relações objetivas entre os atores.

Habitus

Para Bourdieu, o conceito de *habitus* pressupõe o conceito de campo e não pode ser dissociado dele na análise, justamente porque a atribuição de sentido à ação social se dá através da interpretação do sociólogo da interação entre os atores e o campo. Frente às possibilidades concretas de ação e imbuido de um *habitus* que reflete sua trajetória, o ator social engaja-se em práticas que possibilitem suas apostas e investimentos no campo. Em sua metodologia empírica, se Bourdieu se depara com dois atores sociais, detentores dos mesmos tipos e volumes de capitais, mas que agem de forma diversa, essa diferença de comportamento provavelmente é explicada pela diferença entre os *habitus* dos atores (por exemplo, BOURDIEU, 1993, p. 69).

Essa abordagem analítica, que se inicia nas relações objetivas do campo em direção ao comportamento dos atores localizados em posições posiciona o *habitus* como uma variável de “fechamento” da análise. Bourdieu comumente evoca o conceito de *habitus* em suas análises como um artifício *ad-hoc* de explicação da diferença de comportamentos. Ele se diferencia de abordagens como de seu discípulo Lahire (2003) que parte do indivíduo em direção ao social. Ao contrário, na medida em que o *habitus* é o último elemento a ser explicado e ao mesmo tempo, intrinsecamente ligado à trajetória de conversões do ator social, existe uma busca incessante da interação entre ação e estruturas objetivas. O risco de redução da ação social às estruturas objetivas experimentadas pelo ator social levou vários críticos a posicionar Bourdieu na categoria “determinista” (ALEXANDER, 1995, p.138).

Os defensores incondicionais de Bourdieu apontam para o fato de que o *habitus* não deve ser pensado de forma superdeterminada pela estrutura social (o que eliminaria a capacidade de agência da explicação Bourdieusiana). Ao salientar o aspecto “estruturante” do *habitus*, ensina-se a proteção da capacidade de ação criativa e da improvisação. Para Bourdieu, as estruturas corporificadas no *habitus* são comparáveis às regras generativas de Chomsky, que permitem a readequação criativa em contextos diferentes (BOURDIEU, 1977, p. 95; LIZARDO, 2004). Embora essas idéias estejam firmemente enraizadas na elaboração teórica de Bourdieu, sugiro que esse aspecto ganha pouca ênfase em seus estudos empíricos (uma exceção é o estudo das estratégias matrimoniais entre os Kabyle, BOURDIEU, 1977, p.22). Esse enfoque foi sustentado de forma mais robusta por pesquisadores inspirados por Bourdieu, mas geralmente com viés do pragmatismo (JOAS, 1996; THEVENOT, 2001).

Categorias Analíticas

Poder e Conflito

Para Ocasio (2002), a vertente funcionalista dos estudos organizacionais busca explicar como as organizações, como sistemas sociais, são capazes ou não de se adaptar ao ambiente. Sob essa perspectiva, alguns pressupostos prevalecem nos estudos inspirados pelos funcionalistas: o ambiente é concebido como objetivo e dado, e as coalisões políticas são analisadas em sua contribuição para gerar a adaptação da organização às pressões externas. O imperativo da adaptação seria suficiente para guiar a reestruturação interna e realinhar os objetivos organizacionais. Em sua crítica clássica ao institucionalismo de Selznick, Perrow (1986) sugere que esse “imperativo de adaptação” esvazia o papel da liderança nas

organizações e seu papel de influência no ambiente. Alinhada com Perrow, Misoczky aponta que para os institucionalistas clássicos o poder teria sido concebido da mesma forma como para os funcionalistas (MISOCZKY, 2003, p. 150) ou apenas como “pano de fundo” para os neo-institucionalistas (MISOCZKY, 2003, p. 159). Misoczky sugere que os neo-institucionalistas utilizam principalmente os conceitos de integração e diferenciação, oriundos do ‘funcionalismo’ Durkheimiano (MISOCZKY, 2003, p. 168). Essa crítica esvaziaria a categoria de poder de sua centralidade analítica na tradição institucionalista. Em contraste, a análise de Bourdieu estaria mais calcada em poder, conflito e competição. Antes de entrar na revisão da contribuição neo-institucional, aponto que a facilidade com que Bourdieu se permite a articulação com fenômenos funcionalistas. Por exemplo, Bourdieu aponta que é o “aumento da diferenciação do mundo social” que leva a maior autonomia relativa dos campos (BOURDIEU, 1985, p. 750).

Insistindo na vinculação do funcionalismo ao institucionalismo, Misoczky sugere que o último é herdeiro do primeiro, ao entender os campos organizacionais (enquanto espaço social) como “sistema cultural composto por valores mutuamente consistentes” (MISOCZKY, 2003, p. 159). Essa consistência entre os elementos culturais remeteria a uma intersubjetividade destituída de atritos e conflitos: atores sociais devidamente socializados seriam marionetes do sistema cultural supra-individual (GRANOVETTER, 1985, para uma crítica dessa visão supersocializada dos indivíduos).

Entretanto, podemos citar vários artigos da vertente institucionalista que tenta recuperar a dimensão de poder (por exemplo, FLIGSTEIN, 1990; DIMAGGIO, 1991; HOLM, 1995; WASHINGTON, 2004). Misoczky escolheu o trabalho de DiMaggio (MISOCZKY, 2003, p. 161) para caracterizar as limitações do tratamento neo-institucionalista às categorias de poder e conflito. Em sua análise, Misoczky critica o trabalho de DiMaggio por homogeneizar os interesses dos atores envolvidos (MISOCZKY, 2003, p. 161), sem dar devida atenção às nuances de diferenças de interesses entre os atores incluídos na categoria profissional de gestores de museus. Misoczky também critica DiMaggio ao dar demasiado enfoque aos “empreendedores institucionais”, e portanto exagerar sua atenção à elite do campo profissional. Embora ambos comentários sejam pertinentes ao trabalho em questão, nenhum deles invalida o argumento central de DiMaggio: a mudança organizacional dos museus foi concomitante à estruturação do campo de profissionais, que inclui a articulação de estruturas de dominação. Essa estruturação foi acompanhada de conflitos entre esses profissionais e os patrocinadores dos museus, não no nível organizacional, mas no nível do campo. Certamente a expansão da análise de DiMaggio que incluía profissionais de museus que não faziam parte dessa elite potencialmente ensejará melhores explicações sociológicas (ABBOTT, 2004). Mas para o argumento de DiMaggio, a maior complexidade talvez fosse apenas dissolver a força de sua contribuição. Frente a essa crítica, nos perguntamos se existe um imperativo dentro da teoria de Bourdieu que obrigue a desagregação das “categorias” (nesse exemplo, gestores de museus), na menor unidade de análise possível (relações de dominação e dominado em todos os tipos de capitais possíveis). Aparentemente, não é esse o caso: quando Bourdieu analisa os profissionais inseridos no campo religioso, psicanalistas, psicólogos, médicos, sexólogos e até padres são categorias analíticas legítimas (BOURDIEU, 1990a). O interesse do sociólogo é de mostrar a interação conflitiva entre vários grupos sociais. Dessa forma, a agregação das possíveis posições em torno de categorias torna a análise mais contundente. Não obstante, podemos nos perguntar se o trabalho de DiMaggio seria similar à abordagem de Bourdieu (subtraído das metáforas de capital que explicam a origem do conflito). Acredito que não: DiMaggio nos mostra que o conflito ocorreu no nível de campo, e não no nível organizacional, o que nos leva a problematizar o postulado bourdieusiano de homologia dos efeitos do supra-campo de poder nos diversos campos

sociais (EMIRBAYER, JOHNSON, 2008). Ao contrário: os atores sociais seriam capazes de multi-vocalidade.

Legitimidade

Seguindo a formulação weberiana, o exercício de poder consentido, mediado por autoridade socialmente aceita, é legítimo. O conceito de legitimidade tem sido eleito como central ao neo-institucionalismo (SUCHMAN, 1995; MACHADO-DA-SILVA, GONÇALVES, 1999; SCOTT, 2008), embora de difícil e polêmica operacionalização e mensuração (SCOTT, no prelo). Vários críticos ao neo-institucionalismo atacam a centralidade do conceito de legitimidade, por obscurecer e reduzir a secundário o mecanismo de poder (PERROW, 1986; HIRSCH, LOUNSBURY, 1997; CARVALHO, VIEIRA, GOULART, 2005; MISOCZKY, 2003, p. 158). O argumento ganha geralmente a seguinte formulação: neo-institucionalistas (e antes deles, funcionalistas), enxergam os sistemas sociais como auto-regulativos, de tal forma que o exercício de poder só pode ser exercido se acoplado a valores socialmente aceitos. Em contraste, alguns de seus críticos preferem colocar no centro das atenções a categoria de poder, e sua ação direta na explicação da ação social.

Embora essa crítica cause polêmica quando nos referimos aos primeiros neo-institucionalistas, ela é válida para vários de seus herdeiros (MIZRUCHI, FEIN; 1999). No entanto, o foco único na categoria de “poder”, em detrimento da categoria de “legitimidade” constitui um retrocesso à teoria weberiana e também à teoria de Bourdieu. Para Weber (2000), a ação social é sempre orientada à esfera social na qual o ator social busca influenciar. Assim, atores sociais buscam orientar suas ações de acordo com os significados e valores sociais que permeiam o espaço social onde estão inseridos. A mesma idéia está presente em Bourdieu, pois ele não acredita que o poder pode ser exercido de forma direta, sem a mediação dos elementos culturais (BOURDIEU, 1998, p. 56). Bourdieu imprime à idéia de legitimidade algumas modificações importantes que conjugam poder de forma mais central: os atores sociais disputam entre si para estabelecer a hierarquia dominante entre os valores sociais (BOURDIEU, 1989, p. 20), e nesse processo, obscurecem as trilhas que denunciam a operação do poder nesse estabelecimento. A “violência simbólica” (BOURDIEU, 1989, p.21) corresponde ao esforço dos dominantes em estabelecer valores que sejam aceitos pelos dominados em detrimento de seus interesses, de tal forma que esses últimos não reconheçam essa disparidade. Se obtiverem sucesso, os valores dominantes são apresentados como “naturais” e “dados” aos dominados.

Cognição

A dimensão cognitiva tornou-se tão associada aos estudos neo-institucionais que se tornou muitas vezes difícil dissociar de outras dimensões. A crítica cáustica questiona se a adição dessa dimensão não levou simplesmente ao amputamento das estruturas de poder da análise institucional (HIRSCH, 1997). Para avaliarmos essa crítica, sugiro o retorno aos estudos etnometodológicos de Garfinkel, que serviram como ponto de inflexão na sociologia americana nos anos sessenta: romperam com o pensamento de Parsons e abriaram o caminho para os estudos neo-institucionais (COULON, 1995; DIMAGGIO, POWELL, 1991). Garfinkel (1963) nos oferece situações onde o uso de uniformes, da intonação apropriada de voz podem fazer com que o observador atribua aos elementos observados uma realidade inexistente (veja BARLEY, TOLBERT, 1997 para uma aplicação de experimentos no neo-institucionalismo). As estruturas cognitivas são influenciadas pelas estruturas culturais, levando a sistemas classificatórios diversos (D’ANDRADE, 1995).

Se o sistema cultural correspondente às estruturas cognitivas é pensada como monolítica e internamente consistente, então esperaríamos que os atores em um campo social deveriam adotar a mesma forma de interpretação do ambiente. Essa interpretação crítica da

apropriação da dimensão cognitiva alia-se frequentemente às críticas ao construcionismo social de Berger e Luckmann (1966), onde as tipificações e sistemas classificatórios (categorias analíticas típicas da dimensão cognitiva) se difundiriam livremente entre os indivíduos em virtude de suas interações sociais. Entretanto, a dimensão cognitiva não é destituída de seu elemento agonístico. Berger e Luckmann, na mesma obra, salientam os choques que ocorrem quando, por exemplo, duas civilizações interagem. Zerubavel (1997) salienta as “lutas cognitivas” como um fenômeno central na sociologia cognitiva. Czarniawska (2004) repudia certas vertentes de construcionismo que tiram o peso do poder no esforço de convergência das estruturas interpretativas de um grupo social.

Bourdieu comumente dissocia-se da vertente fenomenológica da sociologia, ao repudiar a idéia que a apreensão da realidade se dê de forma passiva pelos indivíduos. No entanto, isso não significa que Bourdieu não presta atenção à dimensão cognitiva da ação humana (BOURDIEU, 1989, p. 20; BOURDIEU, 1990a, p. 158). Bourdieu (seguindo a herança neo-kantiana de Durkheim) busca investigar as categorias mentais que organizam a apreensão da realidade. Para Bourdieu, as categorias e sistemas classificatórios são internalizados desde a tenra infância e inscritas no *habitus*. Em contraste com os sociólogos cognitivistas de vertente etnometodológica, Bourdieu não é indiferente às estruturas de poder. Ao contrário: o *habitus*, enquanto estrutura objetiva, é produto da experiência do ator social em suas interações com as várias posições objetivas em sua trajetória, levando a certas disposições de tomada de posição, em detrimento de outras. Ainda assim, Bourdieu toma emprestado de sociólogos americanos elementos empíricos que relacionam desigualdade e distinção cognitiva (por exemplo, TILLY, 1999).

Ação Estratégica

Misoczky aponta que os estudos neo-institucionais estão mais próximos da descrição e explicação do ‘comportamento’ do que da ‘ação estratégica intencional’ (MISOCZKY, 2003, p. 158). Em contraste, a teoria de Bourdieu seria mais adequada para entender os interesses implicados e assim levar o sociólogo a estabelecer o sentido da ação social (ver também SWEDBERG, 2005, para uma discussão sobre a contribuição de Bourdieu para a reinclusão da categoria de ‘interesse’ na sociologia).

O hiato analítico está entre a ação social de herança weberiana e o comportamento baseado em hábito, pressupostos tomados como certos e ação irrefletida, proposto pelos neo-institucionalistas. Essa crítica ao neo-institucionalismo foi amplamente apontada por DiMaggio (1988) e DiMaggio e Powell (1991), reforçada por Abell (1995). Exemplos empíricos de estudos neo-institucionalistas que reincluíram interesse e ação estratégica são vários (HOLM, 1995; DOBBIN, DOWD, 2000; RAO, MONIN, DURAND, 2003). Acima de tudo, verificamos tentativas de síntese teórica, que articule a ação intencional e estratégica com a ação ‘irrefletida’ (OLIVER, 1991; THORNTON, OCASIO, 2008). Chamamos a atenção para o conceito de “lógica institucional”, que visa incluir o comportamento estratégico sob um contexto institucional geograficamente e historicamente específicos. Ao estudar a mudança de padrões de sucessão de executivos em editoras, Thornton e Ocasio, influenciados por Friedland e Alford, mostram como a forma como as organizações percebiam as mudanças ambientais eram mediadas pela lógica institucional que orientava sua ação estratégica. Empresas orientadas a lógicas diversas geram comportamentos diversos (LOUNSBURY, 2007). Não obstante, os desafios de entender quais são os eventos que levam à transição entre a ação irrefletida à ação estratégica e consciente ainda foram pouco explorados (DIMAGGIO, 2002).

Podemos encontrar um desafio semelhante na teoria de Bourdieu. Bourdieu propõe que toda a ação, mesmo irrefletida, é estratégica e imbuída de interesse, na medida em que são ligadas a práticas que visam a conversão e acúmulo de capitais no campo, ainda que as

consequências últimas da ação não sejam conhecidas pelos atores sociais. Ao formular a ação estratégica como prescindindo da intencionalidade e cálculo das últimas consequências e desdobramentos da ação, Bourdieu escapa da crítica que realiza aos adeptos da Escolha Racional. O campo funciona melhor justamente quando os atores sociais nele inseridos acreditam profundamente nas regras do jogo. Bourdieu sugere que os atores dominantes são aqueles que ajudaram a estruturar o campo, ou foram socializados no campo, e assim são autênticos em sua ação. O *habitus* expressa essa autenticidade nas atitudes corpóreas: na forma de segurar talheres, na utilização da gramática, etc. Em contraste, atores sociais dominados se esforçam para serem aceitos e incorporar hábitos que eventualmente vão contra a sua educação primária (ver Pierre Bourdieu como exemplo em BOURDIEU, 2005). A falta de autenticidade do dominado e dos recém-chegados ao campo é sempre associada ao incômodo, mas esse “desencaixe” em relação ao *habitus* dominante aparentemente não leva os atores sociais periféricos, ao menos na modelagem de Bourdieu, a uma visão “menos inserida” e portanto “mais estratégica” (compare com a formulação oposta de SIMMEL, 1950). A melhor exceção é o próprio Bourdieu, de origem humilde, galga os mais altos postos na sociologia francesa (BOURDIEU, 2005). Em contraste, Bourdieu aponta a existência de atores centrais e dominantes que em posse de informações privilegiadas, são capazes de entender e reformular as regras do campo (BOURDIEU, 2002). E aqui encontramos a contradição: justamente aqueles atores sociais melhor inseridos no campo, que têm o maior grau de “cumplicidade ontológica” (a definição de si mesmo é altamente articulada à inserção no campo) são aqueles capazes de recriar as regras do jogo, e portanto agir como se não estivessem inseridos.

Fenômenos Centrais

Mudança versus Estabilidade

Um dos aspectos centrais da crítica de Misoczky ao NIS é a sua tendência a favorecer a reprodução social, ao enfatizar o mecanismo de “isomorfismo” como fenômeno central (MISOCZKY, 2003, p. 150). Para Misoczky, o NIS enfatiza a estabilidade e ordem social e seus teóricos estariam propagando uma teoria social que defende o conservadorismo, pois os atores sociais seriam levados à reprodução das formas sociais existentes através da imitação irrefletida. Em contraste, defende Misoczky, na teoria de Bourdieu a mudança seria vista como menos problemática, dado que o conflito social tem centralidade na sua estratégia analítica.

Entretanto, o exame da forma como Bourdieu emprega o conceito de *habitus* em suas análises empíricas nos leva geralmente a um reforço da reprodução social (VAUGHAN, 2008). As estruturas sociais fortemente arraigadas no indivíduo impedem que consiga vislumbrar alternativas de ação que não reproduzam a dominação (os exemplos na obra de Bourdieu são abundantes, entre eles no âmbito educacional, BOURDIEU, PASSERON, 1970 e no âmbito comunitário, BOURDIEU, 2002). Uma análise atenta aos estudos empíricos de Bourdieu nos levam a crer que o *habitus* leva o indivíduo à reprodução social uma vez que essa reprodução seria a forma mais eficaz de satisfação das apostas no campo. Quanto melhor socializado o indivíduo no campo, melhor ele saberá operar suas apostas de acordo com as regras do jogo (*illusio*) e assim, na medida em que perseguir seus interesses estará contribuindo para a manutenção do jogo.

Considere uma situação corriqueira: muitos indivíduos procuram a educação superior com a esperança de “converter” futuramente a posse do título universitário em melhores oportunidades de emprego. Na medida em que essa aposta é feliz (os indivíduos conseguem os empregos que estão dentro de suas expectativas), eles experimentam uma sensação de “eficácia” (ao qual Bourdieu chamou de “eficácia simbólica”, BOURDIEU, 1989, 23). A frustração dessa expectativa levaria os indivíduos a buscar empregos em outras localidades e

ramos, dessa forma, a expectativa fortemente enraizada no *habitus* seria protegida da frustração extrema: o desemprego ou o sub-emprego inaceitável. É apenas quando existe a frustração extrema que há uma crise que leva os indivíduos a questionar as estruturas sociais, propiciando mudanças significativas e abruptas na sociedade (BOURDIEU, 1984). Assim, para Bourdieu, o fenômeno mais corriqueiro é a reprodução social.

Em contrapartida, os neo-institucionalistas vêm realizando um esforço de integração de seus estudos com as abordagens de movimentos sociais, onde em vários exemplos empíricos, partes dominantes da sociedade são capazes de mudar as instituições estabelecidas, ao propor reinterpretações criativas do instituído (ZALD, MORRILL, RAO, 2005).

Homogeneidade e Heterogeneidade

Enquanto o NIS favorece a explicação da homogeneidade de comportamento, a teoria de Bourdieu, através da construção do “campo”, possibilitaria a explicação da heterogeneidade nos espaços sociais. Entretanto, ao examinarmos a contribuição de autores ligados ao NIS, verificamos a preocupação em explicar a heterogeneidade. DiMaggio e Stenberg (1985) exploram os graus de inovação entre teatros, Leblebici, Salancik et al. (1991) estabelecem as relações entre atores dominantes e periféricos na geração e adoção de inovações. Vale lembrar que as proposições originais dos neo-institucionalistas argumentam que o isomorfismo está fortemente associado à dominação (DIMAGGIO, POWELL, 1983). Ou seja: em analogia com Bourdieu, a assimetria de capitais não leva a adoção diferencial de formas sociais! Em contrapartida, verificamos também em Bourdieu a atenção ao fenômeno da cópia como resultado de efeitos institucionais e dominação (por exemplo, BOURDIEU, 1990a, p. 103-105). A possibilidade de variação em torno da forma social hegemônica, levando à improvisação, depende da força das estruturas institucionais vigentes. Para Bourdieu (BOURDIEU, 1990a, p. 98), assim como para os neo-institucionalistas (SCOTT, 2008), a transposição da fonte institucional do informal ao informal se dá a partir do reconhecimento do risco ligado à incerteza.

Ainda assim, Battilana (2006) realizou uma articulação teórica entre posição para Bourdieu e no NIS, com a finalidade de explicar a heterogeneidade em um campo. Obviamente, poderíamos suspeitar que o construto utilizado pelos institucionalistas sempre difere de Bourdieu, levando à incompatibilidade entre as explicações. Seguindo esse possível argumento, Bourdieu estabeleceria a heterogeneidade firmemente ligada ao seu construto de campo baseada em volume de capitais, enquanto nos artigos descritos, o paradigma de centro-periferia prevaleceria. No entanto, Bourdieu se vale fartamente da metáfora de centro-periferia, ao descrever a trajetória de artistas (BOURDIEU, 1993).

A adoção ou não de uma forma social mostrou-se uma abordagem muito restrita para os neo-institucionalistas. Czarniawska e Joerges (1996) propõem o fenômeno de “tradução”, como alternativo ao conceito de “difusão”, proposto pelos primeiros neo-institucionalistas. Enquanto a “difusão” pressupõe que a forma social se mantém constante na transmissão entre indivíduos, a idéia de “tradução” permite pensar que as formas sociais são transformadas e criativamente adaptadas na medida em que são aplicadas a novos contextos. No mesmo sentido, DiMaggio (1997) sugere que os estudantes de sociologia cognitiva iniciem seus esforços pela investigação das possibilidades de transposição de esquemas cognitivos de um contexto ao outro, produzindo a analogia.

Essa contribuição aproxima-se das idéias de Certeau (2005), que entra em diálogo direto com as idéias de Bourdieu. Apesar de que o *habitus* possibilita uma readequação a novos contextos, através da contribuição empírica de Bourdieu podemos notar a imposição dos dominantes sobre os dominados na forma de adoção e uso das formas sociais. Em contraste, para Certeau há um espaço “tático” de adaptação criativa por parte dos dominados, onde as formas sociais são subrepticamente modificadas em seus elementos menos visíveis.

Acredito que o conceito de “tradução”, da escola neo-institucionalista escandinava pode contribuir com os estudos que ambicionam explicitar o aspecto estruturante do *habitus*.

Escolhas Metodológicas

Análise Estática versus Análise Processual

Para Misoczky, o NIS teria uma abordagem estática, enquanto a análise de Bourdieu favorece a análise processual e histórica. No entanto na maior parte de seus estudos empíricos, Bourdieu utiliza-se de uma abordagem estática. Por exemplo, em *A Distinção* (BOURDIEU, 2006, p. 423), Bourdieu nos oferece uma imagem estática bi-dimensional de campo, onde as posições no campo correspondem a comportamento de consumo e posicionamento político.

O fenômeno de mudança, para Bourdieu, é geralmente explicada através de intervenções exógenas ao campo: mudança de volume de capital leva à possibilidade de reposicionamento. De forma alternativa, Bourdieu explica a mudança de forma endógena ao campo, ele geralmente adota uma explicação teleológica: os indivíduos recém integrados ao campo buscam acumular capital simbólico. Nesse esforço, os indivíduos acabam levando o campo a um maior grau de autonomia. Essa explicação elimina outras explicações alternativas para a evolução de um campo, que escapam do determinismo teleológico (ELSTER, 1981; ABBOTT, 2005).

Níveis analíticos

Misoczky argumenta que os neo-institucionalistas originalmente se focavam no “campo” como unidade de análise, direcionando-se ao nível de análise societal (por exemplo, FRIEDLAND, ALFORD, 1991). Em contraste, Bourdieu centraria suas análises no nível analítico do campo, em detrimento da análise societal. A abdicação da análise societal levaria Bourdieu, segundo a interpretação de Misoczky, a possibilidade de entender os campos como unidades de análise relativamente autônomas umas das outras. Em contrapartida, o esforço neo-institucionalista de articulação da análise dos campos à análise societal levaria uma acoplagem exagerada entre os níveis de análise.

Em contraste com o exposto por Misoczky, argumento que Bourdieu propunha que o sociólogo investigue o funcionamento de um “meta-campo” societal, o meta-campo do poder. Para Bourdieu, a possibilidade de um campo atingir maior ou menor grau de autonomia está intimamente relacionada com a estrutura do meta-campo de poder (BOURDIEU, WACQUANT, 1992, p. 104; . Dessa forma, os processos pelos quais os diversos campos tornam-se autônomos são análogos aos processos do meta-campo. Assim, propõe Bourdieu, existe uma “homologia” entre os campos (BOURDIEU, 1985, p. 736). Podemos inferir dessa estrutura teórica que Bourdieu enxerga os campos como altamente acoplados ao nível social, mesmo quando atingem altos graus de autonomia. Por exemplo: quando o campo artístico torna-se autônomo verificamos a emergência de posições de artistas com alto acúmulo de capital simbólico e cultural e um alto grau de referência endógena no campo. Nesse contexto, os artistas que atingem posições de prestígio são capazes de converter, no longo prazo, seu capital simbólico por capital econômico. Conscientemente ou não, esses artistas estabelecer uma relação de distinção em relação a outros artistas com menor quantidade de capital simbólico. Através da sustentação da assimetria de capital como intrínseco à constituição do campo, os artistas reproduzem a distinção estabelecida na sociedade que os circunda.

Em contraste, Friedland e Alford propõem uma articulação entre o nível de campo e o nível societal menos atarrachada às lógicas de poder. Para esses autores, as fronteiras dos campos são disputadas e estabelecidas através dos conflitos sociais, mas não há necessariamente uma homologia nesses processos quando comparamos os diversos campos. Dessa forma, a proposta desses autores aproxima-se da idéia weberiana de “domínio”.

Quantitativo versus Qualitativo

Misoczky argumenta que os estudos do NIS favorecem a metodologia quantitativa, enquanto os estudos empíricos de Bourdieu dariam maior ênfase às abordagens qualitativas (MISOCZKY, 2003, p. 169). Acreditamos que a ênfase no divórcio entre as metodologias qualitativas e quantitativas não seja produtiva para o desenvolvimento e aprofundamento das teorias sociais. Em contraste, um grande número de pesquisadores busca ultrapassar essa divisão (RAGIN, 1989; KING, KEOHANE, VERBA, 1994; BECKER, 1998). Entre esses pesquisadores encontra-se Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1990a, p. 89). Bourdieu critica a Escola de Frankfurt por ser incapaz de contra-atacar os positivistas com análises quantitativas (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2004). Em contraste, Bourdieu ressalta que a análise quantitativa “análise categórica” possibilita a análise da associação entre posições em um campo e o comportamento observado (por exemplo, a relação entre o status da universidade lecionada e a posição na carreira executiva).

Em contraste, há um número grande de estudos neo-institucionais que utilizam prioritariamente metodologias qualitativas (por exemplo: ZILBER, 2002; RAO, MONIN, DURAND, 2003). Em contraste, os institucionalistas se recentem da ausência de conceitos que possam ser operacionalizados de forma quantitativa (SCOTT, no prelo).

Grande Teoria e Teorias de Médio-Alcance

Uma das principais críticas realizadas aos sociólogos americanos é a forma fragmentária como incorporam a teoria de Bourdieu em seus estudos (BOURDIEU, WACQUANT, 1992a; WACQUANT, 2002; EMIRBAYER, JOHNSON, 2008). A apreensão de um elemento (por exemplo, o conceito de “campo”), sem os seus conceitos correlatos e relacionados (por exemplo, *habitus* e capital) leva, na opinião dos autores, a formulação de teoria de médio alcance que arriscam sempre perder no caminho algum elemento essencial. Dobbin (2008) reconhece que o estilo de construção de ciência nos Estados Unidos é principalmente através de teorias de médio alcance e que, como consequência, há uma alta fragmentação entre os conhecimentos produzidos. Falta aos Estados Unidos, reconhece Dobbin, o ímpeto europeu de síntese teórica. Essa tendência à teoria de médio alcance deve-se às estruturas institucionais de produção acadêmica nos Estados Unidos: o conhecimento é propagado através de artigos de revistas acadêmicas, enquanto o acúmulo de artigos em revistas com reputação consagrada torna-se um capital simbólico mensurável. Esse capital simbólico é diretamente responsável pelas chances de sucesso de um acadêmico em uma instituição, quando galga seu *tenure track*. Em contrapartida, reclama Dobbin, há pouco espaço para a reflexão mais demorada e condensada no formato de livro, que permite as sínteses teóricas encontradas em solo europeu. Além disso, poderíamos acrescentar, soma-se a desconfiança do sociólogo à Grande Teoria. Ao mesmo tempo, o esmero dos sociólogos americanos em refinar os detalhes de cada campo empírico leva a um rigor metodológico e a descoberta de fenômenos que pode contribuir com o edifício teórico de Bourdieu (DOBBIN, 2008; VAUGHAN, 2008).

Conclusão

Em alguns pontos, mostrei como alguns conceitos utilizados por neo-institucionalistas também são caros a Bourdieu, embora sempre articulados com as estruturas de poder e capital para esse último. Exemplos: dimensão cognitiva, fatos sociais e legitimidade. Em alguns pontos, como na discussão de metodologia quanti-quali e na escolha de nível de análise, mostrei como tanto Bourdieu quanto neo-institucionalistas não têm restrições ao uso de vários métodos e nenhum se recusa à integração de múltiplos níveis, da sociedade ao indivíduo.

Há um reconhecimento de dívida intelectual dos neo-institucionalistas em relação a Bourdieu, que se faz presente nos esforços de articulação teórica. Em alguns temas, os neo-institucionalistas já realizaram um esforço de aproximação com as idéias de Bourdieu, ainda que talvez de forma incipiente, como na reintrodução da dimensão do poder, conflito e heterogeneidade.

Em vários pontos, a teoria de Bourdieu parece mais próxima de uma projeto teórico, uma “carta de intenções”, ainda aberta à operacionalização adequada. Em geral, sua abordagem explica bastante bem a reprodução social. Em contrapartida, a mudança é geralmente explicada de forma exógena através da mudança de recursos, ou de um determinismo teleológico dos campos rumo à autonomia. De forma correlata, a noção de *habitus* ainda aguarda um tratamento empírico que favoreça a dimensão estruturante. Da mesma forma, sua abordagem metodológica poderia aprofundar o diálogo com a sociologia histórica, abandonando alguns esquemas estáticos.

Como exposto acima, há vários pontos de contato que sugerem a contribuição entre a teoria de Bourdieu e o neo-institucionalismo, como o conceito de “tradução”, analogia e multivocalidade para o estudo de *habitus*, o estudo de movimentos sociais para a historiografia de mudanças sociais. A análise de redes sociais potencialmente pode ser adaptada para entender as relações objetivas de assimetria de capital entre atores sociais, como proposto por Bourdieu. Os neo-institucionalistas, por estarem mais próximos do fenômeno organizacional, podem contribuir com o entendimento das “organizações-como-campos”, agregando um nível analítico que arrisca ser tratado de forma muito caricatural na obra de Bourdieu (BOURDIEU, 1990a, p. 132; DIMAGGIO, 1991; EMIRBAYER, JOHNSON, 2008). Especificamente, a distinção dos níveis de análise leva o pesquisador a sistematicamente localizar onde os conflitos se dão de forma explícita, e onde eles são silenciados.

Finalmente, apontamos através dessa análise as vantagens de resistir à tentação do imperativo de exclusão mútua: da mesma forma como Bourdieu incorporou inúmeros conceitos de outros teóricos (incluindo conceitos funcionalistas), seus seguidores poderão incorporar conceitos do institucionalismo americano e vice-versa, sem serem obrigados a operacionalizar o modelo inteiro (VAUGHAN, 2008).

Referências

- ABBOTT, A. **Methods of Discovery: Heuristics for the Social Sciences**: W.W. Norton & Company. 2004
- ABBOTT, A. Linked Ecologies: States and Universities as Environments for Professions. **Sociological Theory**, v.23, n.3, p.245-274. 2005.
- ABELL, P. The New Institutionalism and Rational Choice Theory Em: SCOTT, W. R. e CHRISTENSEN, S. (Ed.). **The institutional construction of organizations: International and longitudinal studies**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995. p.3-14.
- ALEXANDER, J. C. **Theoretical logic in sociology**. Berkeley: Univ. of California Press. 1985. 564 p.
- ALEXANDER, J. C. Reduction and Deceit in Social Theory. Em: MARTINS, H. (Ed.). **Knowledge and Passion: Essays in Honour of John Rex**. London: I. B. Tauris, 1993. p.119-136.
- ALEXANDER, J. C. The Reality of Reduction: The Failed Synthesis of Pierre Bourdieu. Em: (Ed.). **Fin de Siècle Social Theory: Relativism, Reduction, and the Problem of Reason**. London: Verso, 1995. p.128-217.
- ANHEIER, H. K.; GERHARDS, J.; ROMO, F. P. Forms of Capital and Social Structure in Cultural Fields: Examining Bourdieu's Social Topography. **The American Journal of Sociology**, v.100, n.4, p.859-903. 1995.

- BARLEY, S. R.;TOLBERT, P. S. Institutionalization and structuration: Studying the links between institutions and actions. **Organization Studies**, v.18, p.93-117. 1997.
- BATTILANA, J. Agency and Institutions: The Enabling Role of Individuals' Social Position. **Organization**, v.13, n.5, September 1, 2006, p.653-676. 2006.
- BECKER, H. S. **Tricks of the Trade: How to Think about Your Research While You're Doing It**. Chicago: University of Chicago Press. 1998. 244 p.
- BERGER, P.;LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. Garden City, NY: Doubleday. 1966
- BOURDIEU, P. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge, England: Cambridge Univ. Press. 1977
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Les Editions de Minuit. 1984
- BOURDIEU, P. The Social Space and the Genesis of the Groups. **Theory and Society**, v.14, n.6, p.723-744. 1985.
- BOURDIEU, P. Social Space and Symbolic Power. **Sociological Theory**, v.7, n.1, p.14-25. 1989.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990a. 234 p.
- BOURDIEU, P. Structures, habitus, practices. Em: (Ed.). **The Logic of Practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990b. p.52-65.
- BOURDIEU, P. The Field of Cultural Production. Em: (Ed.). **The Field of Cultural Production**. N.Y.: Columbia Univ. Press, 1993. p.29-73.
- BOURDIEU, P. **Practical Reason: On the Theory of Action**. Cambridge: Polity Press. 1998
- BOURDIEU, P. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002
- BOURDIEU, P. **Méditations Pascaliennes**. Paris: Seuil. 2003. 391 p.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. 140 p.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: a crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp. 2006. 556 p.
- BOURDIEU, P.;CHAMBOREDON, J.-C.;PASSERON, J.-C. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis. 2004. 328 p.
- BOURDIEU, P.;PASSERON, J. C. **La Reproduction. Eléments pour une théorie du système de l'enseignement**. Paris: Minuit. 1970
- BOURDIEU, P.;WACQUANT, L. J. D. The Purpose of Reflexive Sociology (The Chicago Workshop). Em: BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. J. D. (Ed.). **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p.61-215.
- BURT, R. S. Social Contagion and Innovation: Cohesion Versus Structural Equivalence. **The American Journal of Sociology**, v.92, n.6, p.1287-1335. 1987.
- CARVALHO, C. A. D.;VIEIRA, M. M. F.;GOULART, S. A Trajetória Conservadora da Teoria Institucional. **RAP**, v.39, n.4, Jul./Ago., p.849-74. 2005.
- CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes. 2005
- CLEGG, S. R.;COURPASSON, D.;PHILLIPS, N. **Power and Organizations**. London: Sage Publications. 2006. 457 p.
- COHN, G. **Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins Fontes. 2003. 256 p.
- COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995. 134 p.
- CZARNIAWSKA, B. **Narratives in Social Science Research** Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 2004. 168 p.
- CZARNIAWSKA, B.;JOERGES, B. Travels of Ideas. Em: CZARNIAWSKA, B. e SEVÓN, G. (Ed.). **Translating Organizational Change**. Berlin: Walter de Gruyter, 1996. p.13-47.
- D'ANDRADE, R. G. **The Development of Cognitive Anthropology**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1995. 272 p.

- DIMAGGIO, P. Structural Analysis of Organizational Fields: a blockmodel approach. Em: STAW, B. e CUMMINGS, L. (Ed.). **Research in Organizational Behavior** Greenwich, CT JAI Press, v.8, 1986. p.335-70.
- DIMAGGIO, P. J.;POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality. **American Sociological Review**, v.48, n.2, p.147-160. 1983.
- DIMAGGIO, P. Interest and Agency in Institutional Theory. Em: ZUCKER, L. G. (Ed.). **Institutional Patterns and Organizations: culture and environment**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988. p.3-21.
- DIMAGGIO, P. J. Constructing an Organizational Field as a Professional Project: U.S. art museums. Em: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p.267-292.
- DIMAGGIO, P. J. Culture and Cognition. **Annual Review of Sociology**, v.23, p.263-87. 1997.
- DIMAGGIO, P. Why cognitive (and cultural) sociology needs cognitive psychology. Em: CERULO, K. A. (Ed.). **Culture in Mind: toward a sociology of culture and cognition**. New York: Routledge, 2002. p.274-281.
- DIMAGGIO, P. J.;POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality. **American Sociological Review**, v.48, n.2, p.147-160. 1983.
- DIMAGGIO, P. J. POWELL, W. Introduction. Em: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p.1-38.
- DIMAGGIO, P.;STENBERG, K. Why do Some Theatres Innovate More than Others? An Empirical Analysis. **Poetics**, v.14, p.107-122. 1985.
- DOBBIN, F. The poverty of organizational theory: Comment on: "Bourdieu and organizational analysis". **Theory and Society**, v.37, n.1, p.53-63. 2008.
- DOBBIN, F.;DOWD, T. J. The Market That Antitrust Built: Public Policy, Private Coercion, and Railroad Acquisitions, 1825 to 1922. **American Sociological Review**, v.65, n.5, p.631-657. 2000.
- DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes. 2003. 163 p.
- ELSTER, J. Snobs: review of Pierre Bourdieu (1979), *La Distinction*. **London Review of Books**, v.3, n.20, p.10-12. 1981.
- EMIRBAYER, M.;JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**. 2008.
- FLIGSTEIN, N. **The Transformation of Corporate Control**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1990. 391 p.
- FRIEDLAND, R.;ALFORD, R. R. Bringing Society Back In: symbols, practices, and institutional contradictions. Em: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. (Ed.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p.232-263.
- GALASKIEWICZ, J.;WASSERMAN, S. Mimetic Processes Within an Interorganizational Field: An Empirical Test **Administrative Science Quarterly**, v.34, n.3, September, p.454-479. 1989.
- GARFINKEL, H. A Conception of Experiments with 'Trust' as a Condition of Stable Concerted Actions. Em: HARVEY, O. J. (Ed.). **Motivation and Social Interaction**. NY: Ronald Press, 1963. p.187-238.
- GRANOVETTER, M. S. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, p.481-510. 1985.
- HIRSCH, P. M. Sociology Without Social Structure: Neoinstitutional Theory Meets Brave New World. **American Journal of Sociology**, v.102, n.6, p.1702. 1997.

HIRSCH, P. M.; LOUNSBURY, M. Putting the Organization Back into Organization Theory: Action, Change, and the "New" Institutionalism. **Journal of Management Inquiry**, v.6, n.1, March 1, 1997, p.79-88. 1997.

HOLM, P. The Dynamics of Institutionalization: transformation process in Norwegian fisheries. **Administrative Science Quarterly**, v.40, n.3, p.398-422. 1995.

JOAS, H. **The creativity of action**. Chicago: The University of Chicago Press. 1996. 336 p.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press. 1994. 300 p.

KIRSCHBAUM, C.; VASCONCELOS, F. C. D. Tropicália: manobras estratégicas em redes de músicos. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v.47, n.3, Jul. / Set., p.10-26. 2007.

LAHIRE, B. From the habitus to an individual heritage of dispositions. Towards a sociology at the level of the individual. **Poetics**, v.31, n.5-6, p.329-355. 2003.

LAWRENCE, T. B.; WINN, M. I.; JENNINGS, P. D. The temporal dynamics of institutionalization. **Academy of Management Review**, v.26, n.4, p.624-644. 2002.

LEBLEBICI, H.; SALANCIK, G. R., *et al.* Institutional Change and the Transformation of Interorganizational Fields: An Organizational History of the U.S. Radio Broadcasting Industry. **Administrative Science Quarterly**, v.36, n.3, p.333-363. 1991.

LIZARDO, O. The Cognitive Origins of Bourdieu's Habitus. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v.34, n.4. 2004.

LOUNSBURY, M. A Tale of Two Cities: Competing Logics and Practice Variation in the Professionalizing of Mutual Funds. **The Academy of Management Journal**, v.50, n.2, p.289 - 307. 2007.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; COSER, C. Rede de Relações Interorganizacionais no Campo Organizacional de Videira-SC. **RAC**, v.10, n.4, Out./Dez, p.9-45. 2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota Técnica: A Teoria Institucional. Em: CLEGG, S.; HARDY, C., *et al* (Ed.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p.220-226.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R., *et al.* Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. Em: VIEIRA, M. M. F. e CARVALHO, C. A. D. (Ed.). **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p.179- 202.

MILLS, C. W. **The sociological imagination**. New York: Oxford University Press. 2000. 248 p.

MINER, J. B. Neoinstitutional Theory. Em: MINER, J. B. (Ed.). **Organizational Behavior 2: Essential Theories of Process and Structure** Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2005. p.371-391.

MISOCZKY, M. C. Poder e Institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. Em: VIEIRA, M. M. F. e CARVALHO, C. A. D. (Ed.). **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p.141-176.

MIZRUCHI, M. S.; FEIN, L. C. The Social Construction of Organizational Knowledge: A Study of the Uses of Coercive, Mimetic, and Normative Isomorphism. **Administrative Science Quarterly**, v.44, n.4, Dec, p.653-683. 1999.

OCASIO, W. Organizational Power and Dependence. Em: BAUM, J. A. C. (Ed.). **Companion to Organizations**. London: Blackwell Publishing, 2002. p.363-385.

OLIVER, C. Strategic Responses to Institutional Processes. **The Academy of Management Review**, v.16, n.1, p.145-179. 1991.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. A Construção do "Real" e Práticas Discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **RAC**, v.10, n.3, Jul./Set., p.51-71. 2006.

- PERROW, C. **Complex Organizations: a critical essay**. New York: McGraw-Hill. 1986. 305 p.
- PETERSON, R. A. **Creating Country Music: fabricating authenticity**. Chicago: The University of Chicago Press. 1997. 306 p.
- POWELL, W. W.;WHITE, D. R., *et al*. Network Dynamics and Field Evolution: The Growth of Interorganizational Collaboration in the Life Sciences. **American Journal of Sociology**, v.110, n.4, p.1132-1205. 2005.
- RAGIN, C. C. **The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Berkley, CA: University of California Press. 1989. 218 p.
- RAO, H.;MONIN, P.;DURAND, R. Institutional Change in Toque Ville: Nouvelle Cuisine as an Identity Movement in French Gastronomy. **American Journal of Sociology**, v.108, n.4, January, p.795-843. 2003.
- SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations: ideas and interests**. Thousand Oaks: Sage. 2008. 264 p.
- SCOTT, W. R. Approaching Adulthood: The Maturing of Institutional Theory. **Theory and Society**. No Prelo.
- SIMMEL, G. **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press. 1950
- SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v.20, n.3, Jul95, p.571-610. 1995.
- SWEDBERG, R. Can there be a sociological concept of interest? **Theory and Society** v.34, n.4, p.359 - 390. 2005.
- THEVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. Em: KNORR-CETINA, K.;SCHATZKI, T., *et al* (Ed.). **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001. p.56-73.
- THORNTON, P. H.;OCASIO, W. Institutional Logics. Em: GREENWOOD, R.;OLIVER, C., *et al* (Ed.). **Handbook of Organizational Institutionalism**: Sage Publications, 2008
- TILLY, C. **Durable Inequality**: University of California Press. 1999
- VANDENBERGHE, F. "The Real is Relational": An Epistemological Analysis of Pierre Bourdieu's Generative Structuralism. **Sociological Theory**, v.17, n.1, p.32-67. 1999.
- VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, v.21, n.2, p.May/Aug. . 2006.
- VAUGHAN, D. **The Challenger launch decision : risky technology, culture, and deviance at NASA**. Chicago: University of Chicago Press. 1996. xv, 575 p.
- VAUGHAN, D. Bourdieu and organizations: the empirical challenge. **Theory and Society**, v.37, n.1, p.65-81. 2008.
- WACQUANT, L. O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia Política**, v.19, p.95-110. 2002.
- WASHINGTON, M. Field Approaches to Institutional Change: The Evolution of the National Collegiate Athletic Association 1906–1995. **Organization Studies**, v.25, n.3, p.393–414. 2004.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, v.1. 2000. 422 p.
- ZALD, M. N.;MORRILL, C.;RAO, H. The Impact of Social Movements on Organizations. Em: DAVIS, G. F.;MCADAM, D., *et al* (Ed.). **Social Movements and Organization Theory**. New York: Cambridge University Press, 2005. p.253-279.
- ZERUBAVEL, E. **Social Mindscapes: an invitation to cognitive sociology**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1997. 164 p.
- ZILBER, T. B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings and actors: The case of a rape crisis center in Israel. **Academy of Management Journal**, v.45, p.234-254. 2002.